



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

20 de Agosto 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Visor	<b>Data:</b> 20/08/2015
<b>Assunto:</b> Estrutura		<b>Página:</b> 02

# DIÁRIO CATARINENSE

## TAMANHO NÃO É DOCUMENTO

Os alunos do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) de Criciúma estão mobilizados para tentar evitar que a estrutura onde recebem aulas atualmente seja transferida do bairro Pio Correia para o Colégio Joaquim Ramos, no bairro Michel. O argumento do governo estadual é que a gerência de Educação precisa de mais espaço físico. O deputado Ricardo Guidi defendeu na Assembleia que o Ceja continue onde está. O que precisa mudar, e com urgência, é o tamanho das secretarias regionais, disse o parlamentar.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** A Notícia

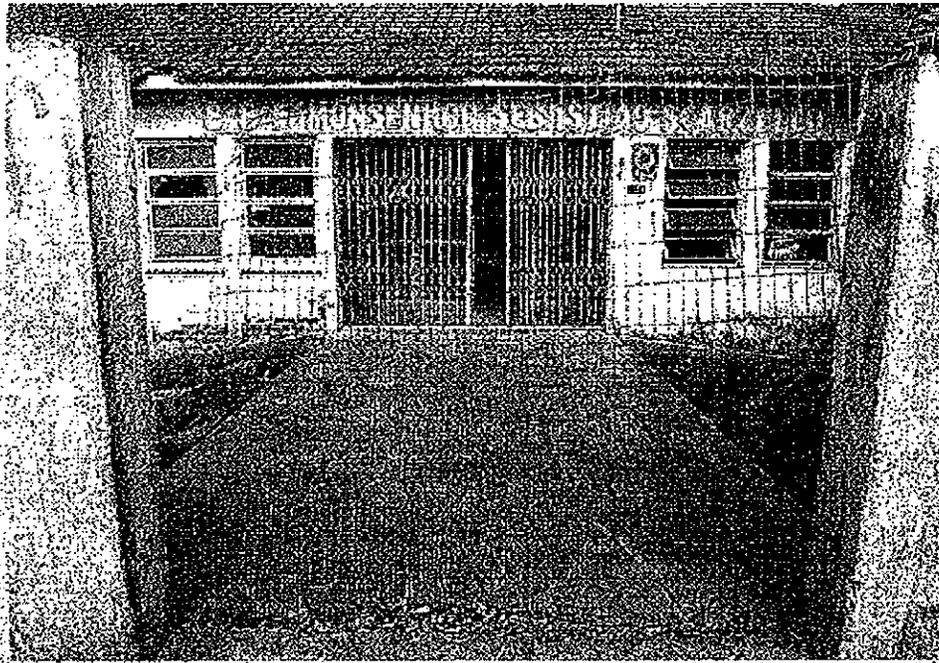
**Editoria:** Portal

**Data:** 20/08/2015

**Assunto:** EEB Monsenhor Sebastião

**Página:** 02

# A NOTÍCIA



## No limbo

Sem uso desde 2011, quando foi interditado pela Vigilância Sanitária, o prédio da escola Monsenhor Sebastião Scarzello continua sem perspectiva de reforma. O projeto de doação do imóvel pelo Estado à Prefeitura foi enviado à Assembleia em abril e ainda não foi votado. Nem tem prazo.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/08/2015
<b>Assunto:</b> Pós-graduação		<b>Página:</b> on-line

### DIÁRIO CATARINENSE

## Secretaria de Educação de SC oferece 280 bolsas de pós-graduação presencial

**Inscrições para programa Bolsas Universitárias de SC (Uniedu) seguem até o dia 28 de agosto**

Estudantes de pós-graduação matriculados em cursos presenciais podem se candidatar a uma das 280 bolsas ofertadas pela Secretaria de Estado da Educação através do programa Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu). O cadastro vai até dia 28 de agosto pelo site do programa.

O Estado irá oferecer 100 bolsas de especialização, 120 de mestrado e 60 de doutorado, com investimento de R\$ 380 mil mensais. Os primeiros pagamentos serão realizados em dezembro de 2015.

Segundo edital, os candidatos serão escolhidos, entre outros critérios, pela "relevância da área do conhecimento do curso para o desenvolvimento científico e tecnológico da região do candidato; Prioridade da área de conhecimento para o desenvolvimento regional; Originalidade e inovação; Viabilidade técnica e econômica de execução".

O nome dos classificados será divulgado no dia 30 de setembro, e a documentação necessária deve ser submetida à Secretaria de Educação entre os dias 16 e 23 de outubro.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Editoria:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Data:</b> 20/08/2015
<b>Assunto:</b> PEE		<b>Página:</b> Online



### Plano Estadual de Educação é pauta na Alesc

O deputado Valdir Cobalchini (PMDB), presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Alesc, destacou, na sessão desta quarta-feira (19), as audiências públicas regionais do Plano Estadual de Educação. Já foram realizadas seis audiências públicas. As duas últimas ocorrem nesta quinta-feira, em Criciúma, e sexta-feira em Florianópolis.

"Tem sido muito importante a participação dos catarinenses envolvidos com a educação, que estão interessados nos debates, dando sugestões e contribuindo para o aprimoramento do Plano Estadual de Educação," argumentou o deputado.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Consed	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/08/2015
<b>Assunto:</b> Gestão pública da educação		<b>Página:</b> Online



### **"O SNE deve potencializar as ações da União, Estados e municípios, na busca por maior eficácia dos resultados educacionais", definiu Jorge Carvalho**

O secretário de Estado da Educação de Sergipe, Jorge Carvalho participou, representando o Consed, da audiência pública que debateu as normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios com relação à responsabilidade na gestão pública da educação brasileira.

A Comissão de Educação, da Câmara dos Deputados, realizou audiência pública nesta terça 18/08, para debater "As normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios com relação à responsabilidade na gestão pública da educação brasileira, previstas no PLP 15/2011 e no PLP 413/2014".

Jorge Carvalho, que representou o Consed, afirmou que o Sistema Nacional de Educação - SNE não permitirá, enquanto espaço de debate e deliberações, "decisões centralizadas, pois o que prevalece é a forma cooperativa".

Segundo o secretário Jorge, o "que queremos com SNE é a potencialização das ações da União, Estados e Municípios, em um processo articulado e colaborativo na busca por maior eficácia dos resultados educacionais", definiu.

Sobre a instância que articulará o sistema o secretário apontou que não deverá implicar como um espaço que se imponham sobre os sistemas de ensino, para além daquelas já hoje existentes. E também não promova qualquer redução ou limitação da autonomia administrativa, financeira e pedagógica, dentro das normas legais vigentes dos sistemas. E, principalmente, não estabeleça medidas que impliquem restrição no atendimento ao direito à educação, como a suspensão de transferências.

O secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino - SASE/MEC, Binho Marques, disse que para o MEC apenas a regulamentação do artigo 23, da Constituição Federal



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

não abarca toda a complexidade que permeia o Sistema Nacional de Educação. Para Binho, por termos uma federação de caráter cooperativo, precisamos aprofundar a vinculação legal por uma educação nacional seja através de "uma definição do padrão de qualidade; a responsabilização com parâmetros claros de desempenho e uma maior vinculação do financiamento e a qualidade da educação brasileira".

Para Binho é preciso buscar o consenso para uma "descentralização organizada e mais coordenada entre os entes por meio de espaço de pactuação", citando por exemplo instâncias tripartites de caráter nacional e também nos estados.

O secretário de articulação dos sistemas destacou que "é um momento importante pra educação brasileira para darmos passos concretos em busca de soluções pactuadas". Por fim, ele disse que o PNE é o articulador do Sistema Nacional e apresenta muitos elementos estruturantes como CAQi, CAQ, Base Nacional Comum, Controle Social e Padrões de Qualidade.

Virgínia Maria de Melo, dirigente Municipal de Educação de Anópolis - GO e representante da Undime, disse que para a entidade a principal pauta é o regime de colaboração. "É preciso resolver os impasses existentes, pois é no município que as coisas acontecem. É lá que se encontram os problemas".

O coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, contextualizou as quatro proposta existente que tratam o SNE e destacou que o Sistema Nacional de Educação é uma prioridade "muito mais central que o próprio PNE, pois ele estrutura a execução do atual Plano Nacional e dos próximos planos".

Ele também elencou alguns elementos estruturantes do SNE e do PNE como a definição do Sistema de Avaliação da Educação Básica; a Política de Formação de Professores; a Lei de Responsabilidade Educacional; A pactuação financeira entre União, Estados e Municípios, destacando o debate sobre novo Fundeb, CAQi e CAQ.

O especialista em políticas públicas educacionais, Carlos Roberto Jamil Cury, também participou do debate e destacou que a instância permanente de colaboração que deverá ser criada como determina o PNE é a grande novidade da educação brasileira por apresenta a oportunidade de um verdadeiro pacto federativo. "Uma novidade estratégica e histórica para o Brasil", apontou.

O autor do requerimento para a realização do debate, deputado Glauber Braga (PSB-RJ), afirmou que as duas propostas são muito complexas e trarão grande impacto no sistema educacional, se aprovadas, e por isso precisam ser bem debatidas. "São proposições com elevado grau de dificuldade, extraordinário impacto potencial sobre a organização federativa da educação brasileira e reflexos significativos sobre a autonomia administrativa dos entes federados", disse Braga.

Requerida pelos deputados Glauber Braga e o deputado Raimundo Angelim, a audiência contou também com a participação de representantes Conselho Nacional de Educação - CNE; da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- FINEDUCA; da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES; da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME; da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd e outras entidades ligadas à educação.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/08/2015
<b>Assunto:</b> Investimentos		<b>Página:</b> Online



# Câmara discute aumento de repasses para educação

Em um ano de ajuste fiscal, uma das alternativas para aprovar o projeto que aumenta os repasses da União para a educação poderá ser a de estipular um prazo para que isso comece a ser feito, segundo o deputado Glauber Braga (PSB-RJ). O deputado pretende apresentar um substitutivo que trata de normas de cooperação entre a União, os estados, municípios e o Distrito Federal na oferta de educação.

"Do jeito que está, com os municípios com as maiores responsabilidades, mas com subfinanciamento, não dá para exigir uma educação de qualidade", afirma Braga. O deputado é relator, na Comissão de Educação, de dois projetos de lei complementar que tratam da cooperação entre os entes federados, o PLP 15/2011 e o PLP 413/2014. A questão está no Plano Nacional de Educação (PNE), lei que prevê metas e estratégias para a melhoria do setor em dez anos.

O PNE estabelece a criação e regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE), responsável pela articulação entre os sistemas de ensino. As novas leis deverão estabelecer as normas de cooperação entre os entes federados para a oferta de educação no país, além de garantir o equilíbrio das responsabilidades de cada um e dos recursos dos quais dispõem.

Segundo Braga, o aumento dos repasses da União deverá ser tratado no substitutivo. Ele ainda não tem previsão de quando apresentará o projeto, mas ressalta que, pelo PNE, o sistema deve ser regulamentado até junho de 2016. Ele acrescenta que, em ano de ajuste, para facilitar a tramitação e a aprovação do projeto, uma das possibilidades, "que não necessariamente será colocada em prática, é incluir um prazo para que [o aumento de repasses da União] comece a vigorar".

O SNE foi tratado em audiência pública convocada por Braga, nessa terça-feira (18), na Câmara dos Deputados. O financiamento está entre os maiores desafios destacados pelos participantes da audiência.

"Não há como discutir o sistema nacional sem financiamento", defendeu o representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), Luiz Araújo. Segundo ele, a União, ente que mais arrecada, é o que proporcionalmente menos investe. Dados de 2014, obtidos por requerimento de informação pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), mostram que a União contribui com 18%, os estados, com 40%, e os municípios, com 42% do investimento direto em educação.

O SNE está também em debate no âmbito do Executivo, mas "toda a ajuda é bem-vinda", disse o secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC), Binho Marques, que participou da audiência pública. A pasta divulgou em junho o texto que servirá de base para a criação do sistema. Segundo Marques, o ministério recebeu diversas contribuições e, em outubro, deverá colocar para consulta pública uma nova versão e um projeto de lei. Após a consolidação, será enviada ao Congresso Nacional.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, ressalta que o SNE não valerá apenas para este governo ou durante a vigência do atual PNE, e deve ser pensado dessa forma. "O sistema vai ter que permanecer, embora a vigência do plano seja até 2024. Vai estruturar não só esse plano, mas os planos posteriores."



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/08/2015
<b>Assunto:</b> Debate		<b>Página:</b> Online



# Pesquisadores debatem uso de recursos educacionais abertos

Pesquisadores e parlamentares debateram ontem (19), em seminário conjunto das comissões de Educação e Cultura, da Câmara dos Deputados, o uso de recursos educacionais abertos.

Esses recursos – os REA, como são chamados na área de educação – são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa fixados por qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. A metodologia prevê que todos devem ter a liberdade de usar, personalizar, melhorar e redistribuir os recursos.

Segundo os educadores, a utilização de formatos técnicos abertos facilita o acesso e o reuso dos recursos publicados. Nos REA, estão incluídos cursos, livros didáticos, artigos de pesquisa e outros materiais que possam apoiar o acesso ao conhecimento. Com isso, os recursos abertos podem tornar a educação mais acessível e trazer menos gastos, além de estimular uma cultura participativa.

Para a deputada Jandira Feghali (Pcdob), que acompanhou os debates, o Brasil deveria adotar amplamente a experiência dos REA para que este seja um elemento transformador da educação no país. "Sempre levantamos o tripé da educação, cultura e comunicação, e esse conceito junta essas três possibilidades e não invade o direito autoral porque lida com domínio público."

A deputada destacou como aspecto fundamental a possibilidade de regionalização do conteúdo a partir da adaptação dos materiais. "Você não pode fazer uma educação simplesmente conceitual e genérica. As pessoas precisam entender sua realidade e compreender sua riqueza local", disse.

O consultor em Política Pública de Dados Abertos do Ministério do Interior da República da Eslováquia, Jan Gondol, relatou o caso de uma especialista que, ao fazer pesquisa sobre câncer, encontra na internet diversos artigos sobre o tema, mas é preciso pagar para lê-los.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/08/2015
<b>Assunto:</b> Alimentação		<b>Página:</b> Online



# Aprovada na Comissão de Educação proposta para incentivar alimentação saudável na escola

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, na terça-feira (18), projeto de lei (PLS 357/2015) do senador Paulo Paim (PT-RS) que disciplina a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar. A proposta, que altera o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), visa promover ações para incentivar hábitos alimentares saudáveis.

O relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), apresentou voto favorável ao projeto, com duas emendas. A proposta segue para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

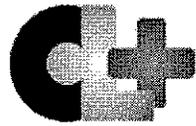
O PLS 357/2015 determina a proibição do licenciamento e da renovação de alvarás de funcionamento de estabelecimentos que comercializarem, dentro das escolas de ensino básico, bebidas de baixo teor nutricional ou alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio. Na justificativa do projeto, Paim observou que, "atualmente, a obesidade pode ser considerada o principal problema de saúde infantil nas nações desenvolvidas e avança também nos outros países".

Uma das emendas apresentadas pelo relator estabelece que os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados por nutricionista, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Correio Lageano	<b>Editoria:</b> Raul Sartori	<b>Data:</b> 20/08/2015
<b>Assunto:</b> PEE		<b>Página:</b> on-line



# CORREIO LAGEANO

## Sensatez apaeana

Nas discussões do Plano Estadual de Educação para os próximos 10 anos há certo clamor pelo reconhecimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) como escola de educação especial e representantes da entidade tem tido um posicionamento muito sensato.

Defendem que os alunos que apresentam sintomas mais severos de necessidades especiais tem que ficar dentro das Apaes, já que há toda uma estrutura montada e equipes multidisciplinares preparadas para desenvolver mais as suas potencialidades que o ensino regular, como muitos irresponsavelmente desejam, não contempla.